

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO
DA REINserÇÃO SOCIAL, AVALIAÇÃO DA RECOMPOSIÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E
MONITORAMENTO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS
REORGANIZADAS.**

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. OBJETIVO	2
III. LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS EM QUE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS	2
IV. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	3
4.1. Localização e Acessos	3
4.2. Informação sobre o aproveitamento hidrelétrico Santo Antônio.....	3
4.3. Caracterização Geral da Região	5
V. ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	13
5.1. Elaboração dos Planos de Trabalho	13
5.2. Grupos de Aplicação e Cronograma	14
5.3. Levantamento dos Indicadores das Pesquisas	14
5.4. Apresentação dos Produtos.....	16
VI. ESCLARECIMENTOS GERAIS	17
6.1. Acessos.....	17
6.2. Princípios que nortearão a Pesquisa de Monitoramento.....	17
6.3. Requisitos Técnicos e experiência profissional.....	18
6.4. Requisitos da proposta de trabalho a ser apresentada.....	18
6.5. Critérios para a escolha do prestador do serviço.....	19
6.6. Pagamento pelos Serviços	19
6.7. Pessoal.....	20
6.8. Transporte dos Empregados.....	21
6.9. Fiscalização.....	21
6.10. Prazo de Execução.....	21
VII. ANEXOS	21

I. INTRODUÇÃO

A Madeira Energia – MESA é um consórcio constituído por Furnas Centrais Elétricas S/A, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infra-estrutura Ltda., Cemig Geração e Transmissão S/A, Andrade Gutierrez Participações S/A e Fundo de Investimento e Participações Amazônia Energia. Em 10 de dezembro de 2007, o Consórcio venceu o leilão que o definiu como empreendedor do projeto do AHE Santo Antônio, assumindo as responsabilidades por sua construção e operação, incluindo o processo de licenciamento ambiental iniciado pelo Consórcio Furnas/Odebrecht.

A **Santo Antonio Energia S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com escritório situado na Av. Lauro Sodré, nº 2.800, Bairro Costa e Silva, Porto Velho, Rondônia, CEP 738024-49, sucessora da **Madeira Energia S.A.(MESA)** autorizada pelo Decreto da Presidência da República de Outorga e Concessão para Construção da UHE Santo Antonio, em 13/06/2008; e através do contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2008 pela ANEEL, empenhada em minimizar os impactos gerados pelo empreendimento, estabeleceu e efetivou em relação ao remanejamento da população da área afetada do canteiro de obras, uma série de procedimentos para a indenização das benfeitorias e a compensação relativas a reorganização das atividades produtivas identificadas das famílias impactadas previstas no Projeto Básico Ambiental (PBA).

O Programa de Remanejamento da População Atingida faz parte do PBA, Seção 22, do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, com Licença Prévia Nº 251/2007, e Licença de Instalação Nº 540/2008, ambas concedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

O público alvo desse programa é composto por pessoas que residem, ocupam, trabalham, desenvolvem atividades ou que sofrerão redução na sua sustentabilidade econômica como consequência da substituição de uso do solo na Área de Influência Direta (AID) do AHE Santo Antônio.

Em função das especificidades inerentes as atividades a executar, o programa foi dividido em dois subprogramas: a) Remanejamento da população atingida e b) Reorganização de atividades produtivas. Os subprogramas contemplam as medidas a serem adotadas para garantir o ordenado remanejamento da população, a adequada reorganização das atividades produtivas e o acompanhamento das famílias remanejadas.

No caso do subprograma de remanejamento da população atingida, as ações previstas objetivam a retirada e realocação para outro local, de todas as famílias que residem na AID, afetadas pela construção e operação do AHE Santo Antônio. Essa área inclui as áreas dos canteiros e áreas de apoio necessárias durante a construção e, posteriormente, as áreas a serem ocupadas pelo futuro reservatório quando do início da operação. As metas do Subprograma são repor as condições de produção e moradia, refletidas em padrões de qualidade devida no mínimo equivalentes as desfrutadas hoje, respeitando a legislação em vigor; contribuir para o ordenamento da área de entorno do futuro reservatório, de maneira a garantir a compatibilização entre os usos atuais e os propostos para o futuro reservatório e garantir a liberação das áreas dos canteiros de obras e áreas a serem inundadas com a formação do reservatório do AHE Santo Antônio atualmente ocupadas por moradores.

O subprograma de reorganização das atividades produtivas objetiva ações para a recuperação, e sempre que possível, melhoria das condições de produção de agricultores, pescadores, trabalhadores do garimpo e outros, que exercem as suas atividades nas áreas afetadas pelo AHE Santo Antônio.

As medidas propostas são compromissos do consórcio empreendedor, atendem a legislação em vigor e as boas práticas internacionais em matéria de reassentamento e compensação social. Garantem a reposição das condições de vida da população diretamente afetada e, sempre que possível, a sua melhoria.

A população-alvo dos subprogramas foi identificada nos estudos que subsidiaram o EIA/RIMA, e posteriormente revista e confirmada pela pesquisa contratada por FURNAS, no período de 13 de agosto a 4 de setembro de 2007, após a concessão da Licença Prévia. Foi realizado um levantamento abrangente de todos os imóveis, benfeitorias e moradores existentes na AID e registrados em Atas Notariais em cartórios de Porto Velho. A população atingida também será claramente delimitada, mediante a realização de um cadastro físico com informações sobre os imóveis e cadastro socioeconômico das famílias em aplicação atualmente.

Os subprogramas têm cronogramas de atividades compatibilizados ao cronograma de obras, de maneira a garantir o início das obras (após a Licença de Instalação), desenvolvimento das atividades de engenharia nas áreas atingidas, desmatamento da área do futuro reservatório e enchimento do reservatório (após a Licença de Operação).

II. OBJETIVO

O objetivo desta Especificação Técnica é fornecer as informações que caracterizem as atividades necessárias para a Pesquisa de Monitoramento da população afetada junto aos Reassentamentos Novo Engenho Velho e Riacho Azul implementados pela Santo Antonio Energia S.A. e remanescentes, estabelecendo indicadores que permitam identificar os pontos críticos, correções de rumos ocorridos na implantação dos reassentamentos, permitindo ainda a eventual revisão dos procedimentos previstos no PBA.

O Monitoramento deverá ser feito de forma a abranger as seguintes áreas temáticas:

- 1- Reinserção Social
- 2- Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida
- 3- Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

As diretrizes para a realização destes serviços estão incluídas nesta Especificação Técnica, no Programa de Remanejamento de População Atingida, seção 22 do Projeto Básico Ambiental, assim como na condicionante 2.27 da Licença de Instalação 540/2008.

Esta ação prevê o acompanhamento e a avaliação das condições de vida da população reassentada nos Reassentamentos Novo Engenho Velho e Riacho Azul e áreas remanescentes, bem como a avaliação do desenvolvimento econômico e sua inserção na economia local. Prevê avaliar ainda o atendimento dado pelos poderes públicos municipal, estadual e federal a estas populações, quanto à saúde, educação, transporte, cultura, lazer entre outros.

III. LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS EM QUE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS.

Os serviços serão executados nos Reassentamentos Novo Engenho Velho, com 40 famílias e Riacho Azul, com 27 famílias, ambos situados à margem esquerda do rio Madeira, no município de Porto Velho-RO e também 12 famílias em áreas remanescentes que são identificadas de acordo com a localização geográfica no mapa do ANEXO I.

Os estudos deverão incluir todas as famílias afetadas e que, dentro das opções existentes nos acordos de remanejamento efetivados, optaram por se estabelecer nos Reassentamentos Novo Engenho Velho e Riacho Azul.

Excetuam-se do público-alvo desta especificação técnica, as famílias remanejadas que optaram pela modalidade de declaração de crédito (**auto-relocação**) quando do estabelecimento do acordo para a liberação da área do canteiro e reservatório, optando por se estabelecerem na área urbana de Porto Velho e municípios vizinhos.

IV. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

4.1. Localização e Acessos

As obras principais do UHE Santo Antônio serão construídas no rio Madeira, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia.

O principal acesso é o rodoviário, constituído pela BR-364, que interliga as capitais de Mato Grosso e Acre, passando por Porto Velho, em Rondônia. É uma estrada pavimentada, sem acostamento e de pista única, com tráfego nos dois sentidos, possuindo 7,0 m de largura de pista e faixa de domínio de 80,0 m de largura, permite o tráfego regular durante todo o ano.

A cidade de Porto Velho possui aeroporto que opera com linhas comerciais regulares de transporte regional, com aeronaves de porte médio e empresas de táxis aéreos.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE O APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SANTO ANTÔNIO

4.2.1 Descrições do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio

N.A. Máximo Normal	El. 70,00 m
N.A. Mínimo Normal	El. 70,00 m
N.A. Normal Jusante	El. 55,29 m
Área do Reservatório	271,3 km ²
Volume do Reservatório	2.075,1 x 10 ⁶ m ³
Potência Instalada	3.150 MW
Energia Média	1.973 MW médios
Queda Bruta	13,9 m
Tipo de Turbina	Bulbo
Potência Unitária	73 MW
Nº Unidades	44
Barragem de Fechamento Ombreira Direita	Terra – Seção
Tipo	Homogênea
Altura Máxima da Barragem de Fechamento Ombreira Direita	30,0 m
Vertedouro	Tipo Controlado
Número de Comportas	20
Desvio do Rio	Pelo Vertedouro
Volume de Escavação Comum	40.000.000 m ³
Volume de Escavação em Rocha	18.800.000 m ³
Volume de Material em Bota-Fora a Céu Aberto (Solo + Rocha)	48.000.000 m ³
Subestação Elevadora Tensão	13,8 kV/500 kV

O arranjo do AHE Santo Antônio apresentado neste documento representa uma evolução daquele constante do Estudo de Impacto Ambiental - EIA elaborado para o empreendimento. O atual arranjo foi desenvolvido de forma que suas estruturas facilitassem a passagem de sedimentos, ovos e larvas de peixes. Assim, parte das estruturas de concreto (15 vãos do vertedouro e 24 unidades da tomada d'água e casa de força) foi disposta na margem esquerda do rio, privilegiando as condições de aproximação do escoamento. O restante do circuito de geração, composto por 20 unidades da tomada d'água e casa de força, foi posicionado no leito do rio, entre a margem esquerda e a ilha do Presídio.

Na margem direita, sobre a ilha do Presídio foram dispostos 5 vãos do vertedouro, totalizando 20 vãos, e a barragem de fechamento da ombreira direita. A operação normal prevista utilizará o vertedouro da margem esquerda, com 15 vãos e capacidade de escoar cheias de até 63.000

m³/s, correspondente a uma recorrência de 150 anos. A partir desta vazão o vertedouro da margem direita terá que operar, e complementação ao da margem esquerda, podendo atingir a capacidade total de 84.000 m³/s, que é a vazão de projeto do vertedouro, correspondente à cheia com tempo de recorrência de 10.000 anos.

O fechamento do rio será realizado por duas pré-ensecadeiras, com o desvio se processando pelo vertedouro. As ensecadeiras que permitirão a construção das 20 unidades de tomada d'água e casa de força posicionadas no leito do rio serão construídas a seco, no interior da área limitada pelas pré-ensecadeiras, o que permitirá a limpeza e o tratamento da fundação das ensecadeiras.

O reservatório a ser formado com a implantação da usina é de dimensões relativamente reduzidas. No N.A. máximo normal, El.70,00 m, o reservatório acumulará um volume da ordem de 2.075 x 10⁶ m³ e ocupará uma área de 271,3 km². Dessa área, cerca de 164 km² correspondem à inundação natural, resultando um acréscimo de área inundada de 107 km².

O eixo do aproveitamento configura uma poligonal formada (da direita para esquerda) pelo eixo retilíneo das 24 tomadas d'água e casa de força e 15 vãos do vertedouro; pelo eixo retilíneo das 20 tomadas d'água e casa de força do leito do rio; pelo eixo curvilíneo da barragem de gravidade sobre a ilha do Presídio e pelo eixo retilíneo dos 5 vãos do vertedouro sobre a ilha do Presídio e da barragem de fechamento na ombreira direita.

Na primeira fase de construção, o rio Madeira será mantido em seu leito natural no braço principal.

As ensecadeiras auxiliares, dimensionadas para cheia de 300 anos de tempo de recorrência em dois períodos de cheias, permitem a construção em suas margens, mesmo nos períodos de cheia.

Durante esta fase serão executados os seguintes serviços:

Na margem esquerda

- 24 unidades da Tomada d'Água/Casa de Força, divididas em dois conjuntos de 12 e 12 unidades, separados pelas Áreas de Montagem Auxiliares AM-3 e AM-4;
- Muros Divisores em concreto compactado a rolo (CCR), transversais ao eixo do barramento, com extensão a montante e a jusante para encosto de ensecadeiras auxiliares, a montante e a jusante;
- 15 vãos do Vertedouro, cada um com 20,00m de largura e soleira na El.47,50 m, providos com comportas segmento, e Muro de Concreto na extremidade deste trecho de Vertedouro, com eixo retilíneo, de direção perpendicular ao eixo do Vertedouro, definindo os limites dos Canais de Aproximação e de Restituição;
- Canais de Adução e de Fuga com cotas de fundo iguais a 58,00 m e 42,00 m, respectivamente e Canais de Aproximação e de Restituição, ambos com cotas de fundo iguais a 42,00 m;
- Área de Montagem Principal, AM-1 e AM-2, e Área de Montagem Provisória, todas localizadas externamente à Tomada d'Água / Casa de Força, em sua extremidade esquerda;
- Áreas de Montagem Auxiliares, AM-3 e 4 e AM-5 e 6, em correspondência aos Muros Divisores da Casa de Força, montante e jusante, com largura equivalente a 2 blocos da Casa de Força;

Na margem direita

- 5 vãos do Vertedouro, cada um com 20,00 m de largura e soleira na El.47,50 m, providos com comportas segmento;
- Canal de Aproximação, em curva, com cota de fundo na elevação 42,00 m;
- Canal de Restituição, em curva, com cota de fundo na elevação El. 42,00 m;
- Barragem de Fechamento da ombreira direita, com altura máxima da ordem de 30m e seção homogênea.

No leito do rio

- 20 unidades da Tomada d'Água/Casa de Força, divididas em dois conjuntos de 12 e 8 unidades, separados pelas Áreas de Montagem Auxiliares AM-7 e AM-8, além das Áreas de Montagem Auxiliares AM-9 e AM-10, à direita da Unidade 44.

Além dessas estruturas, está prevista a construção futura de Eclusa e Canais de Navegação, localizados na margem esquerda, com eixos com pequenas curvaturas, estando o conjunto a uma distância superior a 100 m da Área de Montagem Provisória.

Concluídas as concretagens e instalações Eletromecânicas do Vertedouro, bem como do primeiro conjunto de Tomada d'Água / Casa de Força (unidades 1 a 12 da margem esquerda), será iniciado o desvio do rio.

O desvio do rio tem início com o lançamento de cordões de enrocamento das pré-ensecadeiras de montante e jusante, em enrocamento lançado e vedado, por montante, com solo lançado, e o conseqüente desvio do rio pelo Vertedouro.

Após a construção das pré-ensecadeiras, será iniciada a construção das Ensecadeiras Principais, que protegerão o recinto para a construção das 20 unidades da Tomada d'Água/Casa no leito do rio.

Essas Ensecadeiras, dimensionadas para cheias de mil anos de recorrência, deverão ter cotas de crista iguais a 73,00 e 66,00m, montante e jusante, respectivamente.

O enchimento do reservatório se dará após a construção das Ensecadeiras de Principais.

As Ensecadeiras Auxiliares da Tomada d'Água/Casa de Força (unidades 13 a 24), bem como as Ensecadeiras Principais da Tomada d'Água/Casa de Força do leito do rio (unidades 25 a 44) serão removidas por dragagem após a conclusão das montagens eletromecânicas correspondentes.

O conjunto das estruturas de Barramento possui a cota de coroamento na El. 75,50m, garantindo uma borda livre de 3,50m acima do N.A. Máximo Máximórum.

Além desse conjunto de estruturas, está prevista a relocação das pontes sobre o igarapé Bate-Estaca e rios Caracol e Jaci-Paraná, da Rodovia BR-364, e também o alteamento do greide dos trechos próximos a esses locais, devido à interferência com o reservatório. Adicionalmente serão relocadas duas torres de transmissão da Eletronorte na região de alteamento da BR 364, próximo a Jaci-Paraná.

4.3. Caracterização Geral da Região

4.3.1. Temperatura

As temperaturas médias são quase sempre próximas a 25°C, mas atingem os 35°C em alguns dias entre setembro e novembro. São, entretanto, inferiores a 9°C, em algumas noites do inverno, entre junho e julho.

Nesse período de inverno, chove relativamente pouco, ao contrário do que ocorre entre dezembro e janeiro, quando as chuvas são fortes.

Há nebulosidade em qualquer época do ano, pois na Bacia Amazônica produz-se o maior coeficiente de nebulosidade de todo o Brasil. Na época do inverno, a possibilidade de dias ensolarados é sempre maior. A umidade do ar é sempre alta, variando entre 81%, em julho, e 89%, em dezembro.

4.3.2. O Rio Madeira

O rio Madeira é formado por uma ampla rede de rios menores que percorrem territórios brasileiros, bolivianos e peruanos. Dentre eles, são destacáveis o rio Mamoré (o mais extenso) e o rio Beni (o mais caudaloso). São também importantes o Guaporé, o Madre de Dios e o Orthon.

Todos nascem em altitudes elevadas e correm em leitos encachoeirados de alta declividade. Algumas das nascentes dos seus formadores estão nas encostas dos Andes.

Quando atingem terrenos planos, tornam-se tortuosos. Vez por outra, formam pequenas quedas d'água e corredeiras. A UHE Santo Antônio localiza-se nesse trecho, onde há pequenas quedas d'água. Depois dele, o rio percorre áreas mais aplainadas, até desaguar no rio Amazonas.

O relevo suave da região é mais movimentado na margem esquerda do rio Madeira, onde se destacam elevações de 100 a 150m de altura.

O rio Madeira apresenta-se com menor vazão em setembro. As maiores vazões se verificam em março. A média observada durante o ano é de 19.000m³/s de água. As vazões do Madeira são influenciadas pelo regime local de chuvas e pelo degelo das encostas dos Andes.

As águas são limpas, mas invariavelmente turvas, pois transportam uma quantidade enorme de sedimentos — silte, argila e areia estão em suspensão em suas águas o ano todo, depositando-se em suas várzeas. Agregado a esse material existem nutrientes que as fertilizam. Grande parte desses sedimentos é transportado desde os Andes, pelo rio Beni.

Há também uma quantidade pouco comum de material flutuante: galhos de árvores, folhas e mesmo grandes troncos, justificando-se assim seu nome.

A deposição contínua de sedimentos carregados pelo rio, misturados a restos vegetais, constituiu, ao longo do tempo, muitas de suas várzeas e barrancos, onde afloram areias finas, silte e argila.

Os depósitos marginais ao rio formados mais recentemente são instáveis, o que faz com que se percebam sucessivos desmoronamentos para seu leito.

4.3.3. Vegetação

O clima quente e úmido, a qualidade dos solos e outras condições geográficas proporcionam a toda a Região Amazônica uma cobertura vegetal notoriamente densa, abundante e diversificada.

A diversidade da cobertura vegetal amazônica define paisagens distintas em seu território, de acordo com particularidades geográficas locais.

Na região de Santo Antônio, especialmente às margens do rio Madeira, pode-se observar a predominância de vigorosas formações florestais conhecidas localmente como florestas de terra firme. Elas se caracterizam pela presença de árvores espaçadas, formando um dossel aberto, com altura média de 40m, de onde emergem árvores maiores, dentre as quais a castanha-do-pará, o tauari, a muiracatiara e o anjelim, com até 55m de altura. Em meio a essas formações florestais, pode-se encontrar agrupamentos de palmeiras, em especial de babaçu, injá e tucumã, formando mosaicos.

Observa-se também, bem próximas ao rio, florestas de várzea ou de igapó. Elas crescem em terrenos planos ou pouco inclinados, onde os solos são rasos e mal drenados, submetidos a grandes períodos de inundações.

As águas do rio Madeira são ricas em nutrientes, que fertilizam os solos dessas formações florestais anualmente. São freqüentes a sumaúma, a piranheira, a jacareíuba, entre muitas outras. As florestas de várzea, talvez pela facilidade de acesso oferecido pelo rio, sofrem muita pressão da atividade humana relacionada ao mercado de bens agrícolas e à subsistência. Suas áreas são sistematicamente agredidas para a extração de madeira e abertura de áreas para agricultura e pecuária.

Ao longo do rio Madeira, com maior freqüência em suas áreas encachoeiradas, pode-se ver, especialmente entre agosto e outubro, quando as águas estão mais baixas, afloramentos rochosos em suas margens e ilhas. Essas rochas, que permanecem, em

sua maioria, embaixo d'água por longos períodos, são cobertas por ervas e arbustos adaptados à longa inundação e ao ambiente rochoso. Essas áreas são denominadas pedrais .

Nas partes mais altas dos pedrais, onde a inundação é menos freqüente, ocorrem espécies típicas das florestas de várzea; algumas delas envolvem os pedrais com suas raízes. Os ambientes úmidos e sombreados dessas áreas são ricos em bromélias, orquídeas e cactáceas.

4.3.4. Fauna

À riqueza e diversidade da vegetação amazônica corresponde uma igualmente rica e variada fauna. A organização estratificada da vegetação amazônica propicia a criação de diferentes ambientes e nichos, explorados por inúmeras espécies de animais, favorecendo a diversidade.

A região da UHE Santo Antônio apresenta as características gerais do ambiente amazônico, reproduzindo e confirmando sua importância para a biodiversidade.

A bacia do rio Madeira é uma das mais ricas em espécies de aves de toda a Amazônia. Aproximadamente 500 espécies já registradas e as que ainda não foram identificadas. Observa-se espécies existentes somente na região como o kujubi, a tiviva, os arçarís e o jacarim e também espécies ameaçadas de extinção, como o gavião-real, a arara-azul e a maracanã.

Em relação aos anfíbios e répteis da região, foram identificadas 94 espécies de anuros (sapos, rãs, pererecas), 28 espécies de lagartos, 31 espécies de serpentes, 5 espécies de crocodilos e 4 espécies de quelônios (tartarugas e jabutis), aos quais podem ser acrescentados mais 8 espécies mencionadas, por habitantes locais, resistindo, tanto os crocodilos quanto os quelônios, a caça predatória. Não foram observadas espécies de anfíbios ou répteis ameaçadas de extinção.

Há abundância de insetos nas margens do Madeira e nas áreas contíguas a ele, com um número elevado de espécies raras, com poucos indivíduos por espécie e reduzidas espécies dominantes. Ambientes heterogêneos, como os das florestas pluviais, criam essa situação. É a diversidade predominando sobre a dominância.

Observa-se inúmeras borboletas, espécies cujas larvas são pragas para diversos cultivos, mas que, quando adultas, são belas e procuradas por colecionadores.

Reconheceu-se inúmeros besouros, alguns dos quais representam ameaça para vários produtos agrícolas.

Insetos são importantes reguladores de populações de plantas, evitando que uma só espécie botânica venha a colonizar determinado local. Operam estimulando a diversidade de habitats que, por sua vez, permitem sua própria diversidade.

O rio Madeira é um local extremamente significativo para as comunidades de mamíferos, especialmente para primatas e roedores. No trecho de suas margens situadas entre Porto Velho e Abunã, foram identificadas 82 espécies de mamíferos, sendo 18 de pequeno porte e 64 de médio e grande portes.

Os mamíferos da região apresentam grande diversidade de hábitos alimentares, ocupando de diferentes formas aquela parcela do rico ambiente amazônico. Observa-se com freqüência, primatas na região, como o bugio-vermelho, o coatá e o mico-leãozinho na Mata Ciliar do Madeira e em pomares das comunidades locais.

Sete espécies de mamíferos, todas de médio e grande portes, constam da Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção publicada pelo IBAMA. São eles: o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra, o cachorro-do-mato-vinagre, a ariranha, o gato-do-mato-pequeno, o gato-maracajá e a onça-pintada.

Ao longo do Madeira, pode-se observar mamíferos aquáticos e semi-aquáticos.

Entre os semi-aquáticos, estão as lontras e as ariranhas, animais que rasgam apetrechos de pesca e tiram deles os peixes capturados. Quanto aos mamíferos aquáticos, pode-se observar, abaixo da cachoeira de Santo Antônio, o boto-tucuxi e, ao longo de todo o rio, o boto-vermelho, o maior dos golfinhos de rio.

4.3.5. Peixes

O rio Madeira abriga uma rica fauna de peixes. Consideradas as capturas realizadas para os estudos ambientais das UHEs de Santo Antônio e Jirau, foram identificadas 459 espécies. A essas, pode-se somar outras 34, identificadas em estudos realizados anteriormente. Pode-se conhecer espécies ainda não descritas de mandis e pequenos bagres.

Observa-se espécies ainda jovens de grandes bagres, como a dourada (conhecida com dourado em Rondônia), a piramutaba, o jaú e o babão, em seus deslocamentos migratórios, seguindo para as partes mais altas da bacia.

Reconhece-se inúmeras espécies que representam importantes fontes de proteína e substância para a população ribeirinha, algo estimado em 82 espécies.

Verifica-se nos desembarques pesqueiros, os pacus, os curimatãs, as sardinhas, as piranhas e as branquinhas. Pode-se observar tambaquis, jaraquis, filhotes e pirarucus.

4.3.6. Pesca

A riqueza e a abundância de espécies de peixes no Madeira têm também importância econômica. A pesca é uma atividade comum em suas águas.

No passado, a pesca se consorciava com a agricultura, com a caça e com o extrativismo para garantir a subsistência da população ribeirinha. Utilizavam-se apetrechos simples, de pouco poder de pesca. As planícies de inundação, próximas às casas, eram os locais de pescaria.

Na segunda metade do século XX, a pesca no Madeira passou a ser a principal atividade profissional de parte dessa população.

Contribuíram para isso, por um lado, a decadência de atividades extrativistas, como a coleta de látex ou o garimpo, e a frustração com atividades agrícolas. Por outro lado, introduziam-se na região facilidades para a atividade pesqueira, como o *nylon* para a confecção de redes, motores a diesel nas embarcações, além da instalação de fábricas de gelo ao longo do rio.

Os habitantes da região passaram a reconhecer a figura do pescador profissional itinerante, pescador artesanal, que pesca ao longo de grandes trechos do rio e vende sua produção nos núcleos urbanos.

Além do pescador artesanal, identifica-se hoje, ao longo do Madeira, homens que ainda praticam a pesca tradicional de subsistência, usando canoas simples e apetrechos rudimentares. Há também visitantes e turistas praticando pesca esportiva, com finalidade de lazer.

Das três modalidades de pesca (tradicional, artesanal e esportiva), a artesanal é preponderante e tem importância econômica na região.

O resultado da pesca é levado a portos de desembarque. Em Rondônia, o maior porto é o de Porto Velho, mas os peixes são também desembarcados e comercializados em Cachoeira do Teotônio, Jaci-Paraná, Nova Mamoré, Abunã, Fortaleza do Abunã e Guajará-Mirim.

Os pescadores artesanais do Madeira trabalham sozinhos ou em dupla, navegando pequenas canoas de madeira ou embarcações de 11 metros de comprimento, em média,

feitas também de madeira, equipadas com motores a diesel de 25 hp. Utilizam redes com malhas variadas, tarrafas, linhas de mão, caniços, grozeiras, arpões, zagaias e cavas. Nas embarcações, caixas de isopor com gelo para o transporte do pescado.

4.3.7. Produção Pesqueira

A produção pesqueira no Madeira é variável e, ao que parece, proporcional à magnitude de suas cheias.

Registros do mercado de Porto Velho apresentam quantidades anuais que variam de 391 t, em 1992, a 1.106 t, em 1997.

Há 2.065 pescadores registrados na região observada, sendo 1.952 na Colônia Z 1, em Porto Velho e 140 na Colônia Z 2, em Guajará-Mirim. Estima-se que 470 pescadores não registrados atuem na região.

Esses valores superam, em muito, o número de pescadores ativos identificados nos estudos realizados na região; esses levantamentos identificaram 230 pescadores ativos. Os pescadores capturam, em média, 17 kg por dia ao longo do ano, e obtém rendimento bruto estimado em R\$ 1.197,00 por mês.

Os preços do pescado variam em função da espécie. São considerados de primeira categoria, portanto, mais caros, o dourado, o filhote, a jatuarana, o surubim e a pirapitinga.

São considerados inferiores, sendo, portanto, mais baratos, o tucunaré, o jaraqui, o aracu, a curimatã e o pacu. Mais de 60 espécies diferentes foram registradas nos desembarques pesqueiros. Todos os ambientes sofrem pressões decorrentes de atividades econômicas.

4.3.8. Uso das Terras

Na bacia do rio Madeira, a incorporação das terras à economia de mercado e o uso econômico dos recursos naturais resultaram de um processo paulatino de ocupação colonial que envolveu disputas acirradas e acordos internacionais, nem sempre respeitados. Até 1750, ano em que o Tratado de Madrid substituiu o de Tordesilhas, as terras de Rondônia pertenciam à área colonial espanhola.

O início da colonização, especialmente portuguesa, está vinculado à ocupação territorial com apoio governamental e à exploração de especiarias, as drogas do sertão. A região ganhou importância como pólo de atração populacional com a exploração da borracha, entre 1850 e 1920. Experimentou significativo fluxo migratório, entre 1950 e 1970, com a mineração, que se amplia, a partir de 1970, com a implantação de projetos governamentais de colonização.

Coincide com o ciclo da borracha a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, entre 1872 e 1912, e a instalação de postos telegráficos, entre 1905 e 1915. A abertura da rodovia BR-364, em 1961, criou condições para a expansão agrícola e transferiu, das margens do rio Madeira para suas próprias margens, processos de desmatamento. Mesmo assim, esses processos ainda ocorrem ao longo do rio .

Depois de desmatadas, as áreas lindeiras ao rio Madeira são utilizadas para culturas de subsistência e pastagem.

Encontra-se, em suas várzeas, cultivos de açaí, pupunha, cupuaçu, manga, cajú, cajá, laranja, goiaba, beribá, jaca e jenipapo, entre outras plantas perenes. Encontra-se também plantações de seringa, persistentes ao fim do ciclo da borracha, e imponentes castanheiras.

Em algumas áreas, observa-se terrenos plantados com mandioca.

Nas barrancas do rio, terrenos bastante férteis, sempre nos períodos de estiagem, são utilizados, mesmo que com pouca frequência, para o plantio de hortaliças, feijão-verde e melancia.

Atividades extrativistas são importantes para a economia regional. Fazem parte do cotidiano de parte da população local, não só da ribeirinha, a coleta de castanhas, a extração de madeira e de látex e a pesca. A presença de serrarias, especialmente em Jaci-Paraná, revela a demanda por madeira.

Verifica-se também, nas margens do rio Madeira e em seu leito, atividades de mineração. Próximo às corredeiras de Santo Antônio e à Vila Princesa, à margem direita do rio Madeira, observam-se duas áreas de extração de pedra para brita, sendo que a lavra é realizada a céu aberto, a partir do desmonte que se faz com a utilização de explosivos. A britagem da pedra é em ambos os casos, nas proximidades dos locais de extração.

Também na margem direita do rio Madeira, entre Santo Antônio e Teotônio, podem ser encontradas duas fontes de captação de águas minerais, ambas beneficiadas em engarrafadoras locais.

Além da extração de pedras para britagem e da água mineral — e muito mais importante que ambas —, o principal mineral explorado na região é o ouro. No rio Madeira, os depósitos do metal ocorrem nos aluviões. Encontrando-se muitas vezes balsas e dragas em seu curso e margens, por meio das quais o ouro é transportado para a superfície, ainda agregado aos sedimentos, do qual é separado com o emprego de mercúrio.

A atividade garimpeira teve início na década de 1970. Em 1979, o Ministério de Minas e Energia criou a Reserva Garimpeira do Rio Madeira. No início dos anos 1980, atingiu sua maior produção. A partir da década de 1990, a mineração de ouro no estado tem sofrido contínua redução.

Na região das Usinas de Santo Antônio e Jirau, foi registrada a presença de 224 equipamentos, entre dragas, balsas e apetrechos manuais de mineração. Eles estão sendo utilizados por cerca de 870 garimpeiros, que retiram ouro do rio.

4.3.9. Áreas urbanas

Observa-se ao longo do trecho do rio Madeira, compreendido entre a ilha do Presídio e a Vila de Abunã, alguns núcleos urbanos. Descendo o rio, nas proximidades da foz do rio Mutum-Paraná, está a Vila de Mutum-Paraná, área de trabalho da UHE Jirau.

Mais a jusante, encontra-se à margem do rio Jaci-Paraná, próximo a sua foz, no próprio rio Madeira, a vila de mesmo nome.

Mais abaixo no rio, existem as comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas, respectivamente, em suas margens direita e esquerda.

Seguindo o curso do rio, identifica-se ainda a capela de Santo Antônio e a Casa dos Ingleses, construções de valor histórico, situadas a 7km de Porto Velho, no local onde existiu o povoado de Santo Antônio.

A origem de Porto Velho está ligada ao povoado de Santo Antônio da Madeira, pequeno entreposto comercial e fiscal que apoiava a comercialização dos produtos dos seringais, no século XIX.

Em 1907, com o início da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, o povoado contava 300 pessoas.

O início da ocupação de Porto Velho está relacionado à construção da ferrovia; seu desenvolvimento, também. Ali foram edificados alojamentos, usinas de geração de energia, habitações e um porto. Implantaram-se sistemas públicos de saneamento e outras facilidades.

Enfim, a população de Santo Antônio transferiu-se para Porto Velho, da qual distava pouco.

Pode-se conhecer local de interesse turístico ao longo do rio Madeira. Praias e corredeiras atraem turistas à região, sendo especialmente procuradas a Praia de Verão, no povoado de Santo Antônio, localizado em frente à cachoeira de mesmo nome; a

cachoeira do Teotônio, acima de Santo Antônio; e o Balneário do Rio Jaci-Paraná, de onde se vê a ponte da Ferrovia Madeira-Mamoré.

4.3.10. Transporte

Grande parte das pessoas usa embarcações como meio de transporte, especialmente os que vivem na margem esquerda do Madeira, onde a oferta viária é menor.

4.3.11. Energia elétrica

As residências localizadas nas margens do trecho do rio Madeira observado não são plenamente servidas de energia elétrica. Na área da UHE Santo Antônio, somente 39% das casas são atendidas pela concessionária de energia local; refletindo o precário atendimento aos habitantes da região.

No que diz respeito à telefonia, apenas 8% das famílias observadas dispõem de telefone, indicando um atendimento precário.

4.3.12. Habitação

Observa-se que a população ribeirinha habita residências que, em sua maioria, dispõem de até três cômodos e são cobertas com folha de amianto, embora o número de casas com cobertura de telha seja expressivo, especialmente na Vila Amazonas.

As paredes das casas são feitas de madeira, assim como seus pisos, material abundante na região.

Grande parte das casas nas áreas rurais não tem distribuição interna de água, e a maioria tem acesso por poço ou nascente. Uma vez captada, a água não passa por nenhum tratamento anterior ao consumo, na maioria das habitações. Há um grande número de habitações sem banheiro ou qualquer instalação sanitária, nas áreas rurais; nas urbanas, a situação não é, tampouco, satisfatória.

4.3.13. Saúde

Os serviços de atenção à saúde são prestados por postos de saúde, onde equipes do Programa de Saúde da Família fazem atendimentos nos fins de semana. Qualquer recurso além do atendimento ambulatorial é buscado em Porto Velho.

Às margens do rio Madeira a população apresenta estado de saúde satisfatório. Dificilmente observa-se algum caso de desnutrição. Queixas clínicas são raras. Verminoses são freqüentes.

Entretanto, uma parcela significativa da população terá tido em sua vida, pelo menos, dois episódios de malária. Epidemias de dengue, recentemente ocorridas, também são mencionadas. Embora a leishmaniose seja considerada endêmica na região, não encontra-se com facilidade casos ativos da doença.

4.3.14. Terras Indígenas

A ocupação econômica das áreas próximas às Usinas de Santo Antônio e Jirau, proporcionou o contato de segmentos de nossa sociedade com povos que as habitavam antes da colonização.

A história desses contatos é um longo relato de conflitos, confrontos armados e epidemias, que resultaram no decréscimo da população indígena e sua submissão ao persistente invasor — individualmente, pouco poderoso e pobre, mas animado, invariavelmente por fortes instituições governamentais. A atividade econômica da bacia do Madeira sempre recebeu incentivo governamental.

A ocupação colonial teve contínua participação militar, sustentada pela Coroa Portuguesa. A implantação da Ferrovia Madeira-Mamoré e a ligação telegráfica da região tiveram suporte institucional.

Frentes de trabalho na selva foram posteriormente criadas pelo “Serviço Especial de Mobilização de Trabalhos para a Amazônia - SEMTA”, órgão público que visava à produção de borracha na região.

A expansão da fronteira agrícola, iniciada na década de 1970 a partir do “Projeto de Colonização Oficial do Governo Federal”, gerou enorme fluxo migratório para a região, pressionando sua população tradicional. A pavimentação da rodovia BR-364 aumentou essa pressão.

Hoje, os povos indígenas da região habitam Terras Indígenas demarcadas, na década de 1980, no âmbito do programa governamental POLONOROESTE.

No município de Porto Velho existem três Terras Indígenas demarcadas: Karipuna, Karitiana e Uru Eu Wau Wau.

Nenhuma das Terras Indígenas mencionadas será diretamente afetada pela implantação da Usina Santo Antônio.

4.3.15. Patrimônio Cultural

A ocupação humana da bacia do rio Madeira deixou vestígios pré-históricos e históricos, testemunhos dos processos sociais ali realizados, que contribuem para o entendimento de sua situação atual.

Relatos de viajantes que percorreram o Madeira no século XVII descrevem uma formidável diversidade cultural em seu curso, sistematicamente descaracterizada, a partir da colonização.

Em suas observações, arqueólogos constataram, na área das Usinas de Santo Antônio e Jirau, vestígios de ocupação pré-ceramista, no Alto Madeira. Uma ponta-de-projétil lascada indica a presença de grupos de caçadores-coletores que podem ter habitado a região há mais de 10.000 anos. Vestígios de objetos associados a uma agricultura incipiente ilustram uma seqüência cultural linear desde 8.230 ap (antes da presente) até o século XVIII.

Na área de Santo Antônio, foram observados 21 sítios arqueológicos cadastrados. Desses, apenas dois apresentam inscrições rupestres.

4.3.16. Patrimônio Histórico

Além dos sítios arqueológicos, a bacia do Madeira nos permite observar evidências relativas a diferentes períodos da história de Rondônia.

Ao longo do Madeira, há vestígios de povoações coloniais, implantadas a partir do século XVIII. Existem também sinais de assentamentos de seringueiros, datados do século XIX e início do século XX, e do período da Segunda Guerra Mundial.

Observa-se remanescentes da ferrovia, como pontos de parada, núcleos urbanos e outras evidências, como troles, vagões, plataformas e locomotivas abandonadas no trajeto da linha, além de seus trilhos e dormentes.

V. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços e etapas constam essencialmente de:

5.1. Elaboração do Projeto e Planos de Trabalho

A CONTRATADA deverá apresentar o Projeto de Pesquisa com a descrição da metodologia e definição de indicadores, e os Planos de Trabalho da Pesquisa de Monitoramento para as áreas temáticas que compõem o monitoramento (Reinserção Social; Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida; Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas) em consonância com a Política de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Em relação à resposta a esta Especificação Técnica, deverá apresentar portfólio atualizado, currículo do quadro de pesquisadores envolvidos e detalhamento da planilha de custos, discriminado por itens de despesa, com o valor global e o custo médio, por família monitorada.

Deverão constar do Plano de Trabalho o cronograma e a logística das atividades e os pesquisadores envolvidos.

O Projeto de Pesquisa e os Planos de Trabalho relativos a cada levantamento deverão ser apresentados a Santo Antonio Energia S.A. com o período mínimo de 20 dias, para a aprovação. Após a aprovação serão iniciados os trabalhos previstos no mesmo. A Santo Antonio Energia S.A. poderá solicitar alterações referentes tanto ao período de aplicação, instrumentais de levantamento e banco de dados, assim como aos grupos de aplicação definidos.

O banco de dados referente ao levantamento deverá ser entregue junto com o relatório final anual e atualizado assim que requeridos para utilização da Santo Antonio Energia S.A.

Os serviços serão desenvolvidos em três etapas, a saber:

1. Primeira Etapa:
 - Definição do Projeto de Pesquisa, com metodologia e Plano de Trabalho (2010).
 - Primeiro Levantamento Anual e Elaboração de Relatório Final Anual (2010);
2. Segunda Etapa:
 - Elaboração do Plano de Trabalho (2011);
 - Segundo Levantamento Anual e Elaboração de Relatório Final Anual (2011);
3. Terceira Etapa:
 - Elaboração do Plano de Trabalho (2012);
 - Terceiro Levantamento Anual e Elaboração de Relatório Final Anual (2012);
 - Elaboração de Relatório Final Conclusivo (2012).

As atividades relacionadas a cada uma dessas etapas deverão estar concluídas conforme o estabelecido no cronograma seguinte, considerando-se o prazo, quando não indicado, como sendo o último dia do mês estabelecido:

ETAPAS	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	PRAZO
1ª Etapa	Elaboração do projeto com metodologia e plano de trabalho	Jan/2010
	Realização da Pesquisa	Fev/2010
	Relatório Anual	Dez/2010
2ª Etapa	Plano de Trabalho	Jan/2011
	Realização da Pesquisa	Fev/2011
	Relatório Anual	Dez/2011
3ª Etapa	Plano de Trabalho	Jan/2012
	Realização da Pesquisa	Fev/2012
	Relatório Anual	Dez/2012

5.2. Grupo de Aplicação e Cronograma

O Grupo de Aplicação do monitoramento por ano de pertinência do período está discriminado de acordo com o quadro abaixo, o qual deve seguir o período de 03 (três) anos.

Reassentamento	2010	2011	2012
Novo Engenho Velho	40	40	40
Riacho Azul	27	27	27
Remanescentes	12	*	*

*O número de reassentados em áreas remanescentes deverá aumentar no período devido ao processo de negociação com as famílias afetadas.

5.3. Levantamento dos Indicadores das Pesquisas

As áreas temáticas que compõe a Pesquisa de Monitoramento (Reinserção Social, Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida e Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas) terão por objetivo avaliar a situação da população reassentada onde deverão ser abordados, de acordo com a pertinência a cada área:

- Perfil da população atingida, incluindo:
 - Composição familiar;
 - Nível educacional de todos os componentes da família;
 - Frequência a escola de crianças em idade escolar;
 - Frequência à escola de adultos e adolescentes;
 - Participação em programas de capacitação/qualificação profissional
 - Histórico ocupacional do casal;
 - Origem;

-
- Rede de relacionamentos – Convivência;
 - Indicadores de Satisfação e Autonomia;
 - Diagrama de Venn.
 - Acesso aos serviços públicos básicos;
 - Frequência a escola de criança em idade escolar,
 - Frequência à escola de adultos e adolescentes;
 - Condições de acesso à escola (distância, meio de transporte, etc.);
 - Acesso aos programas de saúde;
 - Transporte;
 - Condições de moradia e condições sanitárias (água, esgoto e lixo).
 - Patrimônio familiar;
 - Renda familiar, com identificação do nível e das fontes de renda (especificando atividades na área rural e urbana, bem como auxílios e remunerações provenientes de programas sociais governamentais);
 - Trabalho infantil;
 - Padrão alimentar;
 - Posse de eletrodomésticos e outros bens de consumo não duráveis;
 - Acesso a conta bancária;
 - Condição de ocupação dos imóveis (na situação anterior e posterior à relocação);
 - Lazer;
 - Inserção Digital.

Deverão abranger ainda:

- Sistemas produtivos, principais atividades desenvolvidas, itinerário técnico (caracterização da tecnologia adotada) e custo de produção das culturas e criações;
- Uso de força de trabalho;
- Áreas plantadas, quantidade produzida e produtividade das culturas e dados referentes às criações;
- Extrativismo;
- Atividade Pesqueira;
- Renda obtida das atividades agropecuárias e de outras atividades;
- Caracterização sucinta dos principais eventos que afetaram a produção agropecuária e extrativista;
- Disponibilidade de instrumentos agrícolas e meios de produção e beneficiamento;
- Organização dos produtores rurais;
- Comercialização;
- Participação em programas e cursos de capacitação;
- Acesso a linhas de crédito rural;
- Assistência Técnica e Extensão Rural;

-
- Ações voltadas às questões de gênero e geracional.

Além dos referidos temas, as pesquisas devem estabelecer o levantamento sistemático de dados, suficientes para que seja feita a análise e a correlação das informações levantadas com parâmetros e indicadores oficialmente reconhecidos e que devem ser informados na metodologia e plano de trabalho, para a comprovação dos resultados conseqüentes das ações referenciadas no Programa de Remanejamento da População Atingida, seção 22 do PBA e condicionantes da LI.

5.4. Apresentação dos Produtos

Serão considerados produtos dos serviços contratados a apresentação do Projeto com o detalhamento da Metodologia do Monitoramento e das pesquisas temáticas, os Planos de Trabalho, os Relatórios de Atividades Anuais e o Relatório Final Conclusivo do Monitoramento, no qual as pesquisas e seus resultados com análise quantitativa e qualitativa devem estar inseridos separadamente, e deverão ser apresentados em 01 (uma) via digital, utilizando software compatível com sistema Windows VISTA, gravado em CD-ROM e 02 (duas) vias em papel com registros fotográficos, relato sobre as atividades, resultados obtidos, discussões e considerações técnicas e deverá apresentar cópias dos formulários utilizados para a realização das pesquisas (cléo pergunta: esses formulários de pesquisa deverão ser pré aprovados pela SAE ?), de acordo com o quadro e o cronograma de etapas estabelecido no item 5.1. desta ET.

Os Relatórios Anuais Finais e o Relatório Final Conclusivo conterão o resultado das pesquisas, partindo-se de uma avaliação preliminar das condições antes do processo de reassentamento e obtendo-se dados a respeito da evolução após essa condição.

A Santo Antônio Energia S.A. disponibilizará o banco de dados da Pesquisa Socioeconômica realizada como subsídio para a empresa contratada para uso específico e limitado deste monitoramento, estando a contratada impedida de usar ou divulgar para outrem qualquer informação relativo ao mesmo.

Os Relatórios Anuais Finais e o Relatório Final Conclusivo deverão conter obrigatoriamente os seguintes itens, vinculados de acordo com a pertinência de cada tema estabelecido:

- Caracterização Geral dos Reassentamentos;
- Caracterização do uso e ocupação dos solos, disponibilidade de recursos naturais e a disponibilidade e condições de uso da infra-estrutura comunitária.
- Apresentação de indicadores para o conjunto da população reassentada, bem como para cada um dos Reassentamentos;
- Levantamento de dados secundários, com indicadores locais, regionais e estaduais, visando a sua comparação com os indicadores levantados para os reassentamentos;
- Caracterização da evolução dos indicadores das condições de vida da população ao longo do período 2009 – 2012, tomando-se como parâmetro inicial as condições encontradas antes da mudança das famílias para os reassentamentos;
- Identificação de pontos críticos que afetam o desenvolvimento dos reassentamentos;
- Registro fotográfico de situações relevantes que ilustrem aspectos a serem evidenciados nos relatórios (caracterização da produção, condições de moradia, etc.).

Juntamente com os Relatórios Finais Anuais e com o Relatório Final Conclusivo, a CONTRATADA deverá apresentar, em versão digital, o Banco de Dados utilizado para tabulação e análise dos dados. O Banco de Dados será utilizado pela Santo Antônio S.A. para consulta de dados, permitindo o levantamento de informações a respeito de cada uma das famílias reassentadas e dados consolidados de cada um dos reassentamentos. A contratada atenderá a solicitação de elaboração de relatórios específicos a serem definidos pelo

contratante quando couber. O banco de dados deverá ser elaborado em formato a ser informado pela Santo Antônio Energia S. A. As informações referentes ao monitoramento e as pesquisas realizadas, serão de propriedade da Santo Antônio Energia S.A., cabendo sigilo contratual sobre os resultados aferidos.

Somente a Santo Antônio Energia S.A. fará a divulgação e a elaboração de informações e artigos referentes aos resultados verificados no trabalho realizado. A Santo Antônio Energia S.A. poderá, se conveniente for, autorizar a utilização do banco de dados para interessados. A CONTRATADA deverá manter arquivo organizado com os originais preenchidos por um período mínimo de 07 anos após a entrega do Relatório Final Conclusivo.

VI. ESCLARECIMENTOS GERAIS

6.1. Acessos

Os acessos necessários à área em que serão realizadas as pesquisas estão indicados a seguir:

NOVO ENGENHO VELHO: partindo de Porto Velho, seguir pela Av. dos Imigrantes até a Balsa. Após, atravessar o Rio Madeira seguir pela BR 319, sentido Humaitá-AM, por aproximadamente 150 metros. Entrar no primeiro acesso de terra à esquerda seguindo por 4 km.

RIACHO AZUL: partindo de Porto Velho, seguir pela Avenida dos Imigrantes até a Balsa. Após, atravessar o rio Madeira seguir pela BR-319, sentido Humaitá-AM, por aproximadamente 04 km. Entrar no segundo acesso de terra à esquerda (Ramal do Jatuarana), seguindo por mais 16 km.

REMANESCENTES: serão identificados no Anexo I.

Obs.: A localização geográfica das áreas em que serão realizadas as pesquisas (reassentamentos e áreas remanescentes) está indicada na planta geral do reservatório, Anexo I.

6.2. Princípios que nortearão a Pesquisa de Monitoramento

As famílias atendidas devem receber antecipadamente amplas informações, através de reuniões na própria comunidade e com a participação de todas as famílias envolvidas, ou seus representantes legais indicados e identificados através de Ata, sobre as ações a serem realizadas na pesquisa de Monitoramento, através de reuniões, visitas e material gráfico, em parceria com o Programa de Comunicação Social e o Grupo de Apoio Social da Santo Antonio Energia S.A.

A contratação da prestação de serviço no âmbito desta Especificação Técnica não constitui garantia de continuidade das atividades após o prazo estabelecido em contrato.

Todas as atividades realizadas no âmbito desta Especificação Técnica serão supervisionadas pela Santo Antonio Energia S.A., que poderá determinar imediata suspensão do contrato e dos pagamentos, havendo irregularidades, exigindo ainda a restituição dos recursos recebidos indevidamente por parte do prestador de serviço;

Será elaborado CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, entre a Contratante e a Contratada, de acordo com as normas legais e contendo os acordos entre as partes contratadas.

6.3. Requisitos técnicos e experiência profissional

A Empresa contratada para a prestação dos serviços previstos nesta Especificação Técnica deverá preencher os seguintes requisitos:

- Identificação da equipe técnica que compõe a empresa, envolvendo direção, coordenação, profissionais da área de serviços sociais, engenheiros agrônomos/veterinários, sociólogos, pedagogos, psicólogos e técnicos especializados;
- Capacidade operacional para a realização das atividades contratadas (espaço físico e equipamentos, veículos ou meio de locomoção, acesso à internet etc.);
- Domínio de técnicas de trabalho em grupo e individualizados, domínio do universo rural e de metodologias participativas;
- Habilitação para a prestação deste tipo de serviço, comprovada através de Cartas de Apoio ou de Atestados Técnicos, fornecidos por órgãos oficiais, de ensino e pesquisa ou da sociedade civil;
- Conhecimento dos públicos envolvidos no projeto;
- Conhecimento da região em que vai atuar;
- Experiência na atividade agrícola ou no meio rural, em particular em ações ou programas que visem o desenvolvimento econômico e social das populações envolvidas, apoio a grupos de agricultores familiares e/ou assentados.

6.4. Visita Técnica

Durante o prazo para apresentação das Propostas, os PROPONENTES deverão inspecionar os locais de execução dos trabalhos e realizar neles os reconhecimentos que entenderem necessários e indispensáveis à elaboração das suas Propostas;

Os elementos disponíveis sobre o local de execução dos trabalhos que constam do Processo de Consulta têm caráter meramente informativo, não sendo admitidas quaisquer reclamações com fundamento nos mesmos.

A visita é obrigatória e deverá ser realizada entre os dias 12 e 16 de janeiro de 2010. Para detalhes da programação, solicitamos contatarem o Eng. Odair Sigarini pelo telefone (69) 3218-1408 ou pelo E-mail sigarini@santoantonioenergia.com.br. Será fornecido atestado de visita que obrigatoriamente deverá ser anexado à proposta técnica.

6.5. Requisitos da proposta de trabalho a ser apresentada

A Empresa candidata à contratação deverá apresentar proposta de Plano de Trabalho, baseado nesta Especificação Técnica, nos conhecimentos e técnicas de domínio público e de acordo com as diretrizes da Empresa contratante, envolvendo o alcance dos direitos e deveres individuais e coletivos das famílias atendidas, em consonância com o cronograma geral do empreendimento, com especificação dos seguintes itens:

1. Apresentação sucinta da entidade ou empresa proponente, contendo:

- Currículo da empresa;
- Currículos da equipe técnica;

- Projetos e programas atualmente em execução, ou já executados, quantificando as famílias atendidas e explicitando o tipo de ação;
- Estrutura e recursos materiais disponíveis na empresa proponente.

2. Proposta de prestação de serviço, contendo:

- Caracterização da região em que acontecerão as ações;
- Ações que serão executadas;
- Objetivos a serem alcançados;
- Metodologia a ser utilizada;
- Prazos, em meses, anos;
- Cronograma de execução (número de ações e famílias atendidas por mês);
- Possibilidade do Empreendedor em indicar profissionais para compor a equipe de trabalho;

3. Proposta de Valores e cronograma de desembolso.

Início das atividades: a partir de Janeiro de 2010.

Final previsto para Dezembro de 2012.

6.6. Critérios para a escolha do prestador do serviço

- Preço proposto por valor global, menor preço;
- Proposta Técnica;
- Qualidade da metodologia proposta;
- Conhecimento da região em que pretendem atuar;
- Indicação por entidades, empresas ou grupos;
- Participação em conselhos e fóruns vinculados à área de desenvolvimento econômico e social;
- Parceria com outras organizações e com as comunidades;
- Capacidade para a prestação do serviço com qualidade e com rapidez, considerando o pessoal, a infra-estrutura, conhecimento e qualificação técnica;
- Aprovação, pelo Empreendedor, dos profissionais que comporão a equipe de trabalho.

6.7. Pagamento pelos Serviços

O pagamento para o conjunto dos serviços ocorrerá em 09 (nove) parcelas, mediante a apresentação dos seguintes produtos:

Cronograma de Apresentação dos Produtos

Ano	Atividade	Produto	% Preço Global	Cronograma
1ª Etapa	Elaboração do projeto com metodologia e Plano de Trabalho	Projeto	10	Jan/2010
	Realização da Pesquisa	Relatório de Atividades	20	Fev/2010
	Relatório Anual	Relatório Anual Final	5	Dez/2010

2ª Etapa	Plano de Trabalho	Projeto	5	Jan/2011
	Realização da Pesquisa	Relatório de Atividades	20	Fev/2011
	Relatório Anual	Relatório Anual Final	5	Dez/2011
3ª Etapa	Plano de Trabalho	Projeto	5	Jan/2012
	Realização da Pesquisa	Relatório de Atividades	20	Fev/2012
	Relatório Anual	Relatório Anual Conclusivo	10	Dez/2012

Os pagamentos serão realizados de acordo com as percentagens indicadas na tabela acima (Cronograma de Apresentação dos Produtos), e levarão em conta a identificação e quantificação dos serviços realizados após vistoria técnica da CONTRATANTE. As medições considerarão os serviços perfeitamente executados, e os relatórios e/ou produtos apresentados e ocorrerão da seguinte forma:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar até o último dia útil de cada período indicado na tabela acima o produto corresponde à atividade em desenvolvimento;
- b) Os pagamentos previstos estão condicionados à apresentação, pela CONTRATADA, dos Relatórios de Acompanhamento e da comprovação das atividades neles descritas, e desde que devidamente aceitos pela CONTRATADA. Uma vez aprovado total ou parcialmente pela Coordenação de Socioeconomia-Fundiário da Santo Antônio Energia S.A, o relatório e/ou produtos apresentados, a CONTRATANTE emitirá um Boletim de Medição, com eventuais glosas realizadas, autorizando a emissão da fatura vinculada ao valor constante do Boletim de Medição aprovado
- c) A CONTRATADA terá 02 (dois) dias úteis para emitir e entregar a fatura com os documentos discriminados no contrato de prestação de serviço. Por cada dia de atraso na entrega da fatura acarretará em adiamento, em igual período, da data do respectivo pagamento;
- d) A Santo Antônio Energia S.A. solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- e) Juntamente com a remessa das faturas à Santo Antônio Energia S.A., deverá ser encaminhado um relatório de progresso das atividades em meio magnético e em via impressa, contendo os resultados do mês e o acumulado do período, bem como uma documentação fotográfica das etapas realizadas.
- f) Os pagamentos das parcelas serão efetivados sempre no 15º (décimo quinto subsequente ao recebimento do documento de cobrança (sem rasuras ou emendas, contado referido prazo após suas correções, quando houver)..

6.7. Pessoal

Todo pessoal envolvido nos serviços deverá ser fornecido pela CONTRATADA e será de sua inteira responsabilidade, as despesas decorrentes de exigências trabalhistas, fiscais, legais e outras, incidentes sobre a mão-de-obra empregada, e a cobertura dos seguros contra acidentes do trabalho nos limites legais.

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a alimentação do seu pessoal, bem como suas boas condições de execução das atividades.

Será exigida qualificação técnica, técnicas corretas de abordagem e contatos adequados dos profissionais da CONTRATADA para com as famílias reassentadas monitoradas.

A CONTRATADA adotará as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, seguindo o padrão estabelecido pela Santo Antonio Energia S.A..

De nenhuma forma (expressa ou implícita) será permitido à **CONTRATADA** assumir compromissos com os Municípios, atingidos ou terceiros em nome da **CONTRATANTE**, salvo com expressa autorização, por escrito, da **CONTRATANTE**, em cada caso. Compromissos assumidos, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE** serão de inteira e irrestrita responsabilidade da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA**, no exercício de suas atividades contratuais, deverá ater-se às orientações, critérios e procedimentos emitidos pela **CONTRATANTE**, bem como buscar manter cordial relacionamento com os atingido, contribuindo em favor do bom relacionamento entre as partes.

6.8. Transporte dos Empregados

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte de pessoal e materiais envolvidos nas pesquisas.

6.9. Fiscalização

A Santo Antônio Energia S.A. exercerá a fiscalização e acompanhamento dos serviços a serem executados podendo solicitar que determinado serviço que não esteja de acordo com as especificações técnicas seja refeito, recaindo o ônus sobre a CONTRATADA.

6.10. Prazo de Execução

Os trabalhos deverão estar concluídos nos prazos definidos na Tabela 6.2 (Cronograma de Apresentação dos Produtos). A CONTRATADA deverá dimensionar seus recursos, adequando-os para cumprir este contrato dentro dos prazos estabelecidos.

VII. ANEXOS

Anexo I - Localização dos reassentamentos e áreas remanescentes;

Localização geográfica da área em que serão realizadas as pesquisas nos reassentamentos Novo Engenho Velho e Riacho Azul e áreas remanescentes;

Anexo II - PBA – Monitoramento da Qualidade de Vida da População Reassentada;

Anexo III – Licença de Instalação 540/20